

A Exposição Nacional de 1908: entre comemorações¹

Alda Heizer

Escola Nacional de Botânica Tropical, JBRJ/MMA
aldaheizer@jbrj.gov.br

¹ A autora agradece a autorização concedida pelo fotógrafo Marcos Vianna para a reprodução de parte do seu acervo sobre a Exposição Nacional de 1908.

“Na eloqüente natureza de seus espetáculos grandiosos, ou tremendos, de suas festas magníficas ou horríveis, as nações manifestam o grau e as tendências de sua civilização.”

Joaquim Manoel de Macedo, 1873

“As exposições, esses torneios monumentaes das officinas e dos laboratórios, olympiadas da civilização (...) esforços pacificos de cada região... consorcio da intelligencia.”

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, 1888

“Inventariar o país.”

Affonso Augusto Moreira Penna, 1908

INTRODUÇÃO

Nas três citações acima – a de Joaquim Manoel de Macedo, secretário geral do júri da Exposição Brasileira de 1873, em relatório oficial, a de Francisco Joaquim Bethencourt feita durante a Exposição Preparatória de 1888, e a do presidente da República Affonso Penna, na inauguração da Exposição Nacional de 1908 – é possível constatar um traço presente nos projetos desses

grandes eventos da segunda metade do século XIX e início do XX: a relação íntima entre uma visão otimista do progresso e a referência a um estágio de civilização sempre prestes a ser conquistado.

Procuraremos, aqui, destacar o que disseram os estudiosos do assunto, com ênfase especial na Exposição Nacional de 1908, procurando relacionar tal evento com as comemorações dos 200 anos da chegada do príncipe D. João ao Brasil, em 2008.

Margarida de Souza Neves, em texto inaugural sobre a temática das exposições no Brasil, chama a atenção para o que definiu “como os pressupostos para a compreensão da modernidade brasileira e de sua construção a partir das três últimas décadas do século XIX num contexto de afirmação do capitalismo” (Neves, 1986)².

2 A historiadora afirma seu interesse em “reconhecer o caráter regional como uma das coordenadas fundamentais para o entendimento do processo histórico brasileiro”.

Conhecidas como Lição das Coisas, Festas do Progresso, Arenas Pacíficas, Lugares de Peregrinação ao Fetiche Mercadoria, Vitrines do Progresso, Festas do Trabalho, entre outras expressões consagradas por diferentes analistas, as Grandes Exposições atraíam milhares de expositores e milhões de visitantes, e eram inauguradas, na maioria das vezes, em datas comemorativas, apresentando as novidades da época – do Palácio de Cristal londrino, na Exposição Industrial de 1851, à Torre Eiffel, inaugurada para a Exposição de Paris, em 1889. Pesavento resume, no título de um dos capítulos de *As exposições universais*, o percurso que abrange a exposição londrina de 1851 à exposição francesa de 1889: “Do Crystal Palace a Paris: a mística do progresso, o culto à máquina e a sedução do novo” (Pesavento, 1997, p.73).

A de Londres inaugurou uma série de exposições que tinham como fio condutor apresentar, de forma lúdica, contemplativa e interativa, o triunfo da sociedade burguesa/ liberal/ capitalista.

Essa afirmação também está contida na conferência realizada na Associação Francesa pelo Progresso das Ciências sobre a exposição que seria realizada em Paris em 1889.

“A Inglaterra era certamente o país que tinha as melhores condições para a construção dos caminhos de ferro e para o estabelecimento das linhas de navegação a vapor. Ela que teve, inclusive, a honra de sediar a primeira Exposição Internacional sob os auspícios do príncipe Albert” (Berger, 1888, p.290).

Neves afirma que havia uma eficácia na dramatização do moderno nesses eventos, e que a Exposição de 1851 na Inglaterra inaugurava “a boa nova do trabalho como fator de dignidade e igualdade para todos os homens... [e] ao mesmo tempo afirmava a novidade da paz” (Neves, 2001, p.180). Segundo a historiadora, é essencial sublinhar que o “progresso nesses eventos figura como ideal comum e permite ao mesmo tempo equalizar todas as nações e justificar suas inequívocas diferenças” (ibid.).

Sobre um estudo mais aprofundado das exposições nacionais e internacionais é fundamental que não se deixem de lado os projetos das exposições locais, reconhecendo as especificidades de cada província ou Estado. Embora não seja o propósito desse artigo, podemos afirmar que esses eventos apresentavam suas especificidades locais em sintonia com um projeto maior que tornava indissociáveis as idéias de progresso e de civilização.

“... As preparações de tais exposições eram verdadeiros acontecimentos sociais, que envolviam um número relativamente grande de pessoas, dada a necessidade de remeter, organizar, acondicionar, catalogar os mais variados produtos para expô-los na província e em seguida reorganizá-los novamente para serem retransportados para o Rio de Janeiro, para as exposições nacionais” (Lopes, 1997, p.28).

A EXPOSIÇÃO DE 1908

“... de acordo com o voto do Congresso, expedi o decreto n. 6.545 de 4 de julho de 1907, aprovando as bases para a organização de uma exposição nacional de 1908, que servisse não só para **commemorar** a Abertura dos Portos do Brazil ao commercio internacional, como também de largo **inquérito** sobre a nossa situação econômica”³.

³ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1º de agosto de 1907, pelo presidente do Estado Doutor Alfredo Backer. Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio*, Rodrigues & C., 1907.

A exposição inaugurada em 1908, na cidade do Rio de Janeiro, pretendia sublinhar o progresso do país nos últimos cem anos. Inaugurada pelo presidente da República, Afonso Penna, no atual bairro da Urca, a exposição recebeu milhares de visitantes e trouxe à cena esta parte da cidade, até então desconhecida pela maioria de seus moradores. Após um número considerável de debates sobre a localização ideal, especialmente no que dizia respeito às condições sanitárias urbanas (Almeida, 2004, pp.148-187), o local foi escolhido e sofreu transformações para abrigar o evento: da construção de um cais para a chegada dos visitantes até a construção de pavilhões que abrigaram os produtos de cada expositor. “Vários estados quiseram abrilhantar o *certamen*, edificando pavilhões próprios, destinados principalmente à propaganda dos seus recursos

naturaes e das manifestações do seu progresso”⁴.

⁴ Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida. Relatório do ministro. 1910-11, p.141, citado por HEIZER, 2007, pp.1-16.

Utilizando um recurso presente em outras exposições – a retrospectiva histórica –, seus organizadores pretenderam, com essa estratégia expositiva, apresentar a ‘evolução’ do país desde a chegada do príncipe regente D. João em 1808 até o Brasil republicano de 1908, procurando reter o excepcional ao recordar um século de história.

Guimarães, ao estudar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre 1889 e 1938, ressaltou o fenômeno do *centenário* como recorrente nas “sessões do IHGB, desde 1892”, e que a preocupação dos historiadores com essa perspectiva “refletia o advento de uma noção que se espalhara pelo mundo ocidental nas últimas décadas do século XIX”. A historiadora lembra, ainda, que o estudioso francês Pierre Nora, na obra *Les lieux de mémoire*, observou que:

“os modelos de comemoração contemporânea sustentam-se e organizam-se a partir de duas noções chave: a de centenário e a de geração (...) o centenário direciona os encontros aritméticos do calendário e constitui uma espécie de ponto de interseção, em que se entrecruzam a passagem sucessiva e linear dos anos e a divisão existencial do tempo vivido, o que lhe dá sentido. Sem esses dois instrumentos temporais não existe comemoração, já que são eles que determinam a intensidade do programa comemorativo e sua permanente renovação” (Guimarães, 2008, pp.115-130).

Turazzi considera que o recurso didático afirmava o duplo objetivo de *convencimento* e *celebração*. Convencimento porque as exposições “camuflavam os antagonismos sociais e as rivalidades nacionais”, e celebração porque escolhiam o passado que não deveria ser esquecido.

“... pois as exposições possibilitavam um ‘modo de observação estruturalmente orientado’ do mundo ao seu redor, evidenciando num ponto de interseção a diversidade existente entre os homens, a partir de uma ótica predominante. Daí também o didatismo da época, que logo tratou de incorporar a história àqueles espetáculos: história do trabalho, história das invenções” (Turazzi, 1995. pp.62-63).

O que pode chamar a atenção do pesquisador é a eleição de um fato histórico como lugar ideal e tempo ideal que legitima um passado remoto, negando o passado imediato.

No caso em questão, os organizadores da Exposição Nacional de 1908 escolheram a ‘Abertura dos Portos às Nações Amigas’. Fato que nos chama a atenção quando vemos sua reatualização, em 2008, sugerindo-nos a possibilidade

de uma análise, ainda que inicial, de como esse evento foi percebido e introjetado ao longo dos séculos XX e XXI. Ou seja, como a Abertura dos Portos é visitada pelos estudiosos e pelos envolvidos nas comemorações, duzentos anos depois⁵.

Interessa-nos, também, o que o historiador Hobsbawm apontou ao estudar a Revolução Francesa: atentar para a recepção e interpretação que os séculos posteriores deram àquele evento (Heizer, 2005).

“Durante a próxima Exposição Nacional, será publicado o nosso primeiro Bolletim de Estatística Geral, que (...) encerrará elementos assaz apreciáveis sobre as diversas manifestações da nossa atividade (...) A reforma da Directoria Geral de Estatística impunha-se de longo tempo, já se tornando bastante sensível a falta, entre nós, de informações censitárias exatas. A apuração dos trabalhos do recenseamento de 1900 foi concluída, deixando de ser publicada por se lhe reconhecerem defeitos graves”⁶.

⁵ Em maio de 2008, o Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/ENBT/MMA organizaram um seminário com o objetivo de estimular um debate sobre diferentes questões relacionadas à presença da Corte Portuguesa em 1808 na cidade do Rio de Janeiro: “Seminário História, Memória e Natureza. 1808-2008”. Foram discutidos temas que tornaram possível uma reflexão mais ampla sobre a temática, como: 1808-2008: Continuidades e Descontinuidades; Natureza e civilização no Império do Brasil; e A Corte e os outros: experiência e representação.

⁶ Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da Terceira Sessão da Sexta Legislatura pelo presidente da República Afonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro, 1908, p. 27.

Uma das fontes preciosas ao historiador que estuda o evento de 1908 é o *Bolletim Commemorativo* da Exposição. Organizado pela Diretoria Geral de Estatística especialmente com o intuito de ser distribuído aos visitantes durante o evento, o *Boletim* nos dá uma idéia dos objetivos dos organizadores do evento republicano. Durante a inauguração, o presidente Afonso Penna chama a atenção para o que interessava àquele certame: apresentar a todos um *inventário* do país nos últimos cem anos. Portanto, o recorte escolhido foi 1808, a ‘Abertura dos Portos às Nações Amigas’, ato do príncipe regente D. João ao chegar a Salvador, na Bahia, em 1808. A obra, dividida em ‘território’, ‘população’, ‘economia’ e ‘movimento social’, entre outros, pretendia apresentar todos estes assuntos a partir de análises de especialistas. Alguns dos textos eram já requeentados, dado que estiveram presentes no álbum da Exposição de Paris de 1889, organizado por Lévasseur (2001).

Dois aspectos são recorrentes nas falas dos que organizaram o evento de 1908 e nas falas dos que hoje comemoram os acontecimentos de 1808, duzentos anos depois: o edulcorar, ou seja, a possibilidade de apagar os vestígios de uma cidade colonial suja, doente, sem uma urbanização adequada, sem as condições necessárias para a instalação da sede do governo português – agora capital de um país que não fazia ciência. Cem anos

após o ato do príncipe de 1808, em 1908 a Exposição ressaltava oposições evidentes ao escolher a estratégia da retrospectiva histórica para mostrar o avanço do país.

Saíamos finalmente da condição de atraso. As referências a uma imagem negativa do espaço colonial, e, por tabela, à herança portuguesa, são uma constante, mas também se reconhece que a transferência da sede da Corte possibilitou um suposto avanço no que diz respeito ao atraso e abandono em que se encontrava a Colônia.

“A comemoração do centenário da abertura dos portos brasileiros ao commercio internacional, a que vinha emprestar excepcional solenidade a visita de S. M. El-Rey D. Carlos I [que veio a falecer e não compareceu ao evento], não poderia ser feita de modo mais útil e significativo do que por meio de uma Exposição Nacional, que, sobre ser uma revista das nossas forças econômicas, representasse a summa da nossa evolução durante um século”⁷.

Portanto, escolhe-se uma herança portuguesa para ser lembrada, em detrimento de um tempo que, longe de ser ideal, ainda no início da República visita as páginas de cronistas e de jornalistas do período.

O cronista Luiz Edmundo, entusiasta da Reforma Pereira Passos, afirma que: “... a artéria principal da cidade, a mais limpa, a de aspecto menos colonial, ainda é a rua do Ouvidor...” (Edmundo, 1957, p.65).

⁷ Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida. v.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.XI. Grifos nossos.

A preocupação das autoridades não se restringia às pessoas que circulavam nas ruas da cidade, e considerava o público que freqüentava, por exemplo, o Museu Nacional, o Jardim Botânico e as Exposições. Não é de se estranhar que essas instituições possuíssem regulamentos prevendo o recorte dos desejáveis como ‘visitantes’. A literatura do século XIX não poupa descrições do não-cumprimento dos códigos de postura. Artur Azevedo, em *O Tribofe* (1891), assim descrevia o dia-a-dia no Rio de Janeiro:

“O autor mostra ao longo da peça a existência do tribofe, da trapaça, em todos os domínios do comportamento do fluminense⁸. Havia tribofe na política, na bolsa, no câmbio, na imprensa, no teatro, nos bondes, nos aluguéis, no amor. Não se obedecia nem à lei dos homens, nem à lei de Deus. Como diria o próprio Tribofe: ‘Ah! Minha amiga, nesta boa terra os mandamentos da lei de Deus são como as posturas municipais... ninguém respeit!’.”

⁸ A questão citada foi desenvolvida pelo historiador José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1987, pp.157-158).

É possível ver a atualização dessas temáticas e discussões nos discursos comemorativos da vinda da Família Real para o Brasil no ano corrente. Neves, por exemplo, destaca as oposições: atraso colonial *versus* progresso; trabalho escravo *versus* trabalho livre; cidade mal edificada *versus* cidade moderna; imundície *versus* beleza; estagnação *versus* movimento. Esses contrastes serviam para o país e, em especial, para a cidade. Ora, a obra regeneradora dessa feição da cidade teria sido a realizada pelo prefeito Pereira Passos, anos antes, para citar a experiência ‘carioca’. A *marcha do progresso* havia sido deflagrada e a exposição consagra-la-ia com suas demonstrações estatísticas da situação dos estados, suas terras e suas gentes.

Se olharmos atentamente para a atmosfera de comemorações na qual a cidade está submersa, é possível perceber que ao se referir à Abertura dos Portos recorre-se às condições da cidade: sem alojamento, sem calçamento, imprópria para abrigar toda aquela gente – os fidalgos. Muito parecido com o que, em 1908, se falava sobre a entrada do Brasil no mundo *civilizado*, recorrendo-se à independência do vínculo colonial existente em 1808. Certamente, a referência é à Abertura dos Portos e ao conseqüente fim do monopólio comercial, exclusivo da metrópole sobre a colônia.

CONCLUSÃO

O príncipe D. João, poucos dias após chegar a Salvador, assinou a carta régia, afirmando que:

“... atendendo à representação, que fizestes subir a minha real presença sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuízo dos meus vassalos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: sou servido ordenar, interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte. Primo: que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das Potências, que se conservam em paz e harmonia com a minha leal Coroa, ou em navios dos meus vassalos, pagando por entrada vinte e quatro por cento (...) Que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os Portos, que bem lhes parecer a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil (...)”

Sem dúvida as novidades afluíam por esses portos autorizados a receber e estabelecer comércio... porém os comerciantes que se beneficiavam disto na cidade, aos poucos, começaram a se sentir prejudicados, sobretudo em relação aos ingleses, que detinham privilégios quanto aos impostos pagos, entre outros.

A cidade do Rio de Janeiro, além de passar à sede do governo português, mudava sua aparência: seu espaço sofria intervenção e a vida de seus habitantes mudava. Instituições foram criadas, acomodações foram providenciadas para os fidalgos, viajantes comerciantes ingleses e, posteriormente, franceses se misturavam a uma paisagem que por certo mudava de feição, mas conservava em seu interior a marca da sociedade: hierarquizada e excludente.

9 Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808. Príncipe. Para o Conde da Ponte.

A instalação da Corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro foi introjetada de maneiras diferentes pelas elites de outras localidades do Brasil. A idéia de que o Rio de Janeiro era um centro irradiador de cultura e *civilidade* não corresponde à reação das elites de outras paragens do país, como a da Bahia e a de Pernambuco, por exemplo.

As desigualdades persistiam, ao largo das medidas modernizadoras, como a do tráfico de escravos e dos demais excluídos da ordem – os desempregados, os sem-trabalho, capoeiras, pequenos comerciantes, os considerados ‘aptos à visitação’, e outros, e aqueles que não visitavam as grandes exposições da segunda metade do século XIX e do início do XX, uma vez que constituíam ‘uma ameaça à ordem’. É possível identificar os procedimentos em relação a esse “povo mais ou menos miúdo”¹⁰.

Os que se sentiram desprezados pela presença dos novos colonizadores (os ingleses) trataram de arranjar uma forma de tirar partido da situação. Alguns desses comerciantes reinóis partiram para o comércio interno e para novas modalidades de aproximação da lógica da Corte que se instalara.

Para que se criasse um império americano, a Corte portuguesa tratou de não descontentar dois segmentos que lhe asseguravam o governo: os comerciantes reinóis e os ‘funcionários do rei’ (Mattos & Albuquerque, 1991, p.30).

Assegurar os privilégios dos antigos colonizadores foi uma das estratégias da política joanina. O que se viu foi o enraizamento dos interesses dos comerciantes reinóis tornando-os donos de escravos e de terras nos arredores da cidade. Afirma-se, dessa forma, uma política de doação de sesmarias, concessão de créditos,

10 Ilmar Rohloff de Mattos (MATTOS, 1987) cita a definição atribuída a Francisco Ferreira de Resende, chamando a atenção para a combinação que este faz das condições sociais e matrizes raciais que irão distinguir os diferentes grupos.

abertura de estradas, distribuição de títulos de nobreza, concessão de favores, tornando possível a formação de “um poderoso bloco de interesses no Rio de Janeiro – interesses econômicos, financeiros, políticos e sociais. E seria justamente esse bloco que apoiaria a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815 – e vale lembrar que esse bloco de interesses sustentava a idéia do estabelecimento de um império americano” (ibid., p.34).

Não é difícil reconhecer que cem anos depois a “festa que a República manda guardar” (Oliveira, 1989) elege como fato fundador a Abertura dos Portos e as medidas que se seguem a 1808. O barão do Rio Branco, por exemplo, no livro de Lévasseur sobre a Exposição de Paris de 1889, escreve sobre a história do Brasil sublinhando o evento de 1808. Trata-se do barão de outrora que ocupará um cargo na República; não mais a dos marechais e sim a oligárquica. A República que vai identificar, entre outras, a *questão social* como um caso de polícia atualizará a imagem de uma cidade que se quer um cartão-postal para atrair investimentos, capital de um país que desde a transferência da sede do governo português para o Brasil em 1808 mudou de aparência, estabeleceu arranjos entre as elites locais para a manutenção do poder, pressupondo para a civilização e o progresso a manutenção de uma ordem... agora a ordem dos coronéis.

Ao se propor inventariar o país, a Exposição Nacional de 1908 quis apresentar cem anos de progresso e escolheu como lugar e tempo ideais o Rio de Janeiro, o ano de 1808 e a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e suas medidas tomadas deste lado do Atlântico.

Bibliografia

ALMEIDA, Marta de. “Lições de coisas”: As Exposições Internacionais de Higiene. Da Cordilheira dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888-1929). (2004) Tese. São Paulo, USP, 2004.

BERGER, M. L'Exposition Universelle de 1889. *Revue Scientifique* (revue rose), n. 10, 1888.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. V.1. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O tribunal da história. In: *Da escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2008, pp.115-130.

HEIZER, Alda. *Observar o céu e medir a Terra*. Instrumentos científicos e a Exposição de Paris de 1889. Campinas: IGE/Unicamp, 2005.

_____. O Jardim Botânico e a Exposição Nacional de 1908. *Revista História e Estudos Culturais*. V.4. Ano IV. N.3, 2007, pp.1-16.

LÉVASSEUR, E. *O Brasil*. 1889. Rio de Janeiro: Bom Texto/Letras e Expressões, 2001.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de & ALBUQUERQUE, Luís Affonso Seigneur de. *Independência ou Morte*. Emancipação política do Brasil. São Paulo: Atual, 1991.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro. PUC, Depto. de

História, 1986.

_____. A “machina” e o indígena: o Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862.

In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto (orgs.) *Ciência, civilização e império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *As festas que a República manda guardar*. Rio de Janeiro: CPDoc/FGV. N.4. V.2, 1989. (Estudos Históricos. República).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *As exposições universais. Espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos. A fotografia na era dos espetáculos*. Rio de Janeiro: Funarte/ Rocco/ UFRJ/ MinC, 1995.

RESUMO

O artigo pretende sublinhar algumas questões presentes nas comemorações da “Abertura dos Portos”, em 1808, na cidade de Salvador (BA), e a Exposição Nacional de 1908, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), procurando não perder de vista dois aspectos que podem ser relevantes para o historiador: a identificação das especificidades desses dois eventos e a possibilidade de reflexão, duzentos anos depois, sobre a atualização do ato do príncipe regente D. João ao chegar ao Brasil.

Palavras-chave: **Comemoração; Exposição; Progresso.**

ABSTRACT

The present article aims to underline the main issues related to the celebrations for the “Opening of the Ports”, in 1808, in Salvador, (Bahia, Brazil) and the national exhibition of 1908 in Rio de Janeiro, seeking to point out two relevant aspects for historians: ascertaining how specific those two events were and the possibility of updating Dom João’s historical act two hundred years later.

Key-words: **Celebration; exhibition; progress**



Vista dos pavilhões construídos para a Exposição Nacional de 1908, na Urca. (Acervo particular do fotógrafo Marcos Vianna)



Pavilhão da Exposição de 1908, na Urca. (Acervo particular do fotógrafo Marcos Vianna)